



*Universidade Federal de Minas Gerais
Instituto de Ciências Biológicas
Departamento de Fisiologia e Biofísica
Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual*

BANCA EXAMINADORA – PRIMEIRA ETAPA

A banca examinadora será composta pelos seguintes membros:

Professor Doutor Carlos Alberto Tagliati

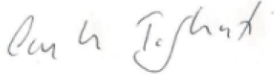
Professor Doutor Marcelo Gomes Speziali

Professor Doutor Raoni Barros Bagno

Certifico, para os devidos fins, que os docentes supracitados declararam, nos termos da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que não estão em situação de impedimento ou suspeição para participar da banca examinadora do referido concurso.

DECLARAÇÃO

Em atendimento à Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Procedimento Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (art. 18, art.19, art.20 e art.21), os docentes abaixo relacionados declaram, após tomarem conhecimento da relação nominal dos candidatos inscritos para o processo seletivo do Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual para ingresso no 1º. semestre/2022, que não se encontram em situação de impedimento ou suspeição para participarem da banca examinadora do referido concurso.

| Nome do Docente | Assinatura | Data |
|-------------------------|--|------------|
| Carlos Alberto Tagliati |  | 25/01/2022 |
| Marcelo Gomes Speziali | MARCELO GOMES SPEZIALI:0466348363 1 <small>Assinado de forma digital por MARCELO GOMES SPEZIALI:0466348363 DN: cn=BR, o=CP-Brasil, ou=EM BRANCO, ou=1.66364000104, ou=AC PRODEMG FFB, ou=Presencial, ou=FFB e-CPF AJ, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - FFB, cn=MARCELO GOMES SPEZIALI:0466348363 Dados: 2022.01.25 18:12:57 -03'00'</small> | |
| Raoni Barros Bagno | | |
| | | |

Legislação citada na Declaração

I - **Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999**, que regula o Procedimento Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal

.....

CAPÍTULO VII DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.


Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

DECLARAÇÃO

Em atendimento à Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Procedimento Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (art. 18, art.19, art.20 e art.21), os docentes abaixo relacionados declaram, após tomarem conhecimento da relação nominal dos candidatos inscritos para o processo seletivo do Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica e Propriedade Intelectual para ingresso no 1º. semestre/2022, que não se encontram em situação de impedimento ou suspeição para participarem da banca examinadora do referido concurso.

| Nome do Docente | Assinatura | Data |
|-------------------------|--|------------|
| Carlos Alberto Tagliati | | |
| Marcelo Gomes Speziali | | |
| Raoni Barros Bagno |  | 25/01/2022 |
| | | |

Legislação citada na Declaração

I - Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o Procedimento Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal

.....

CAPÍTULO VII DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.